

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 734

Imagem: S/Cor

Página (s): 13



PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Limpeza na banca

A limpeza da banca não se deve ficar pelo BES, nem ser feita apenas pelo Banco de Portugal, mas também pelo Ministério Público



Pedro Braz Teixeira

As últimas notícias sobre a banca, nomeadamente o folhetim no BES e o livro sobre Jardim Gonçalves, exigem uma reflexão sobre este sector.

Em primeiro lugar, é preciso recordar a responsabilidade da banca no resgate da troika. Se Portugal viveu tantos anos acima das suas possibilidades, isso deveu-se, em parte substancial, à banca, que cometeu dois erros graves. O primeiro erro consistiu em conceder empréstimos num volume muito superior aos recursos que ia captando internamente, gerando uma parte substancial da nossa gigantesca dívida externa. O segundo erro foi a estrutura desse crédito, exageradissimamente concentrado no sector não transaccional, sobretudo imobiliário e de construção, que nunca geraria os recursos para fazer frente às responsabilidades face ao exterior que estavam a ser criadas.

Se há sector que não tem a desculpa de ignorar as consequências macroeconómicas das suas decisões é a banca. Não só por ser um sector muito concentrado, como por ter departamentos de macroeconomia. Como economista-chefe do Banco Santander Totta, até 2002, tive oportunidade de lançar inúmeros avisos sobre a trajetória insustentável que a banca seguia, em particular no artigo "Défice e endividamento externos", publicado no número de Jul./Ago. de 2001 na entretanto extinta revista "Economia Pura".

É verdade que o Banco de Portugal, sob a péssima gestão de Constâncio, não ajudou nada, antes tendo fomentado uma irresponsabilidade generalizada. Mas os bancos não têm o direito de invocar isto para se defenderem dos erros graves que cometeram. Os bancos não são crianças para argumentarem que o pai ou a mãe os deixaram fazer asneiras.

Os factos recentes vindos a público

permitem duas interpretações: ou os bancos são marionetas do poder político ou o poder político é uma marioneta da banca. Não me consigo decidir a escolher nenhuma das teses. Provavelmente uma e outra são válidas, em relação a períodos diferentes e a bancos diferentes.

Uma coisa me parece clara: é impossível desresponsabilizar a banca por todos os erros cometidos, atirando essa responsabilidade para os políticos. Em primeiro lugar, porque a banca tem a obrigação, pensando a prazo sobre a sua sobrevivência, de assegurar que não está a fazer trajectos insustentáveis. Em segundo lugar, porque deveria deter sempre o poder da "persuasão moral". Se os políticos a forçarem a algo que põe em causa a sua sobrevivência a prazo, podem ceder a curto prazo, mas fazer sentir ao poder político que não poderão continuar muito mais tempo com essas políticas.

Se a política funciona com base em resultados de curto prazo, a banca não pode funcionar assim, porque as carreiras dos banqueiros são mais longas que os governos. Por maioria de razão isto se aplica ao caso de banqueiros que descendem de famílias de banqueiros com várias gerações, como é o caso particular dos Espírito Santo. Ora, no final de 2009, Ricardo Salga-

do ainda defendia o TGV, que seria mais um prego no caixão da nossa competitividade.

Além da incompetência, houve também episódios claros de actos dolosos, para os quais a justiça teve uma acção de uma ligeireza incompreensível.

Agora que o Banco de Portugal, sob a batuta de Carlos Costa, se prepara para um acto de limpeza no BES, era conveniente que esta operação fosse completa e estimulasse a CMVM e o Ministério Público a sair do torpor em que têm estado. Agradecia-se encarecidamente a NÃO repetição da justiça a fingir, que não percebe que uma multa de um milhão de euros não é matéria de primeira instância e que a prescrição de processos deixa uma profunda suspeita de corrupção sobre todos os envolvidos.

A ideia da criação de um "conselho estratégico" no BES com todos aqueles que o Banco de Portugal quis afastar da administração é totalmente inadmissível e o regulador já deveria ter informado o BES de que este conselho não deve ser criado ou, em contrapartida, nenhum dos administradores afastados deve fazer parte dele.

Investigador do Nova Finance Center, Nova School of Business and Economics. As opiniões expressas no texto são da exclusiva responsabilidade do autor



A banca tem de pagar pelos erros

EDUARDO MARTENS